



FRENTE DE EXPANSÃO E FRENTE PIONEIRA NO BRASIL: ESPAÇOS E TEMPOS DA MIGRAÇÃO, DO CONFLITO E DA ALTERIDADE

Marcos Leandro Mondardo

Departamento de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados

Jones Dari Goettert

Departamento de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados

Resumo

No Brasil, o processo de desenvolvimento das frentes de expansão e das frentes pioneiras desencadeou migrações, conflitos e alteridades. A partir da expansão e dos encontros destas frentes ocorreram processos de desencontros de indivíduos que tiveram, em sua formação, tempos históricos singulares. Nesse sentido, este artigo busca apreender, através do processo histórico da mobilidade sócio-espacial na fronteira, as especificidades das frentes pioneiras e das frentes de expansão, buscando analisar o processo de contato e alteração de diferentes sujeitos que compõe cada frente. Compreendemos que a fronteira, através da migração, é o lugar de contato, conflito e alteridade entre diferentes indivíduos que fazem dela espaço e tempo singular pelo encontro de diferentes que são diferentes entre si.

Palavras-chave: Frente de expansão, frente pioneira, migração, conflito, alteridade.

FRONT OF EXPANSION AND FRONT PIONEER IN BRAZIL: SPACES AND TIMES OF MIGRATION OF CONFLICT AND ALTERIDADE

Abstract

The process of development in Brazil of the fronts of expansion and the pioneer fronts unchained migrations, conflicts and alteridades. From the expansion and of the meeting of these fronts processes of failures in meeting of individuals had occurred that had had in its formation singular historical times. In this direction, this article searches to apprehend, through the historical process of partner-space mobility in the border the especificidades of each front (pioneer front and front of expansion), searching to analyze the process of contact and alteration of different citizens that each front composes. We understand that the border, through the migration, is the place of contact, conflict and alteridade between different individuals, that make of it space and singular time, for the meeting of different that they are different between itself.

Key words: expansion front; pioneer front; migration; conflict; alteridade.

O grande do homem é ele ser uma ponte, e não uma meta; o que se pode amar no homem é ele ser uma *passagem* e um *acabamento*.

(Frederico Nietzsche, 1980)

Introdução

No Brasil, o surgimento e desenvolvimento de frentes de expansão e frentes pioneiras ocorreram em períodos distintos da formação sócio-espacial brasileira, sendo que tais movimentos se realizaram com interesses bastante antagônicos em relação a um e outro. Nesse processo, cada expansão comportou indivíduos singulares que usaram e transformaram seus espaços de maneira seleta. E os caracterizaram de acordo com suas visões de mundo e com suas culturas, isto é, com suas necessidades implícitas em tempos e espaços historicamente distintos.

As frentes se caracterizam por serem locais de atração populacional e, conseqüentemente, de contato de diferentes povos, etnias e culturas. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é explorar a relação entre a migração e a evolução das frentes de expansão e de frentes pioneiras. Busca compreender, através do processo histórico da mobilidade sócio-espacial, as singularidades de cada frente, bem como os processos de contatos de diferentes sujeitos que as compõem. Pretendemos refletir sobre elementos de alteridade nas relações dessas duas frentes, quando se estabelece e/ou se impõe o contato de *uma* com a *outra*.

Na primeira parte do texto discute-se alguns elementos conceituais referentes à fronteira e migração; num segundo momento, discute-se o que caracteriza cada frente, apontando para os elementos particulares de cada movimento. Neste ponto, procura-se debater o encontro e o conflito entre as frentes, afim de entender o movimento de alteridade e migração na fronteira. Nos referimos, especialmente à frente de expansão oriunda dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o estado do Paraná, ocorrida entre os anos de 1850 a 1940; a frente de expansão para o Centro-Oeste brasileiro, ocorrida, principalmente, entre os anos de 1900 a 1960; e a frente pioneira dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o estado do Paraná, sobretudo, entre os anos de 1940 a 1970; e, também, a frente pioneira oriunda dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para o Centro-Oeste brasileiro, principalmente, entre os anos de 1970 a 1990. Por fim, busca-se sistematizar as idéias que permearam a discussão ao longo do texto e apresentar nosso ponto de vista sobre o fenômeno em análise.

Fronteira e Migração

Para um melhor entendimento dos dois movimentos que comportam o presente estudo, torna-se imprescindível discutir os conceitos de fronteira e migração,

fenômenos considerados indissociáveis e, portanto, importantes na compreensão dos indivíduos que fazem, produzem e (re)produzem a e/ou na fronteira.

Nesse sentido, uma primeira aproximação para entendermos a fronteira é apresentada por Machado (1998):

A palavra *fronteira* implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere - o que está na frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado (MACHADO, 1998, p. 41, [grifo da autora]).

Para Raffestin (2005, p. 10), “a história da fronteira é enraizada nos antigos ritos e práticas”, isto é, no modo de vida enraizado dos antigos moradores, tais como índios e caboclos que praticavam seus modos de vida, apoiados no espaço fronteiro. Para o autor, a “fronteira nasce da diferença”. É na diferença dos moradores da fronteira que está à singularidade do espaço e do tempo desse lugar. Por isso, os habitantes da fronteira têm um caráter bio-social: “Espaço-temporal, portanto a fronteira é também bio-social: ela delimita um ‘para cá’ e outro ‘para lá’, um ‘antes’ e um ‘depois’, com um limite marcado e uma área de segurança” (RAFFESTIN, 2005, p. 11).

Nesse sentido, a fronteira é uma demonstração de como os homens inventam, a partir de suas sociedades, modos de diferenciação social no contexto espaço-temporal, ou seja, modos que condicionam toda uma ordem vivente, tanto social, econômica, política e culturalmente.

Assim, no Brasil, historicamente a fronteira é o lugar que comportou (e comporta) índios, caipiras, caboclos¹, camponeses, agricultores, colonos, fazendeiros etc. São estes, principalmente, os sujeitos que ocupam e transformam os espaços de fronteira. Segundo Martins:

A fronteira é, sobretudo no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da esperança no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado” e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é (MARTINS, 1997, p. 11-12).

Nesse contexto, a fronteira comporta diferentes grupos, dentre os quais os chamados “civilizados” – aqueles que estão “do lado de cá”, isto é, do lado em que a intolerância e a morte produzem um cenário de total instabilidade e tensão na fronteira. Mas também, de acordo com o autor, a fronteira é o lugar da esperança, do tempo novo, da justiça, “o tempo dos justos”. Portanto, a fronteira é um lugar de constante disputa de territórios. Esta disputa é realizada por diferentes grupos que comportam diferentes modos de ver e fazer a vida. A luta pela terra é um elemento agregador e desagregador na fronteira. “É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem [...] Na fronteira, o Homem não se encontra – se desencontra” (MARTINS, 1997, p. 12).

Também, a fronteira pode ser o lugar em que o simbolismo de grandeza e de futuro da nação se expressa. O moderno, o novo, a racionalidade econômica estão presentes e são constituintes na formação e projeção dos espaços de fronteira. Nesse sentido:

A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por suas vez, torna-se uma região estratégica para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle (BECKER, 1990, p. 11).

Nessa perspectiva, a fronteira nacional seria um lugar de grandeza, onde projetos e estruturas novas seriam rapidamente implantados para determinados fins. Esta afirmação se aproxima daquilo que Harvey (2005, p. 50) afirma sobre o contexto da acumulação em geral. Segundo este autor “o aperfeiçoamento do transporte e da comunicação é visto como inevitável e necessário [...] O imperativo da acumulação implica conseqüentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais”, isto é, na apropriação, dominação e preparação de certas estruturas para a produção e circulação do capital.

Também, a fronteira, segundo a definição de Becker (1990), aparece como controle e domínio de certa área territorial pelo Estado. O poder de controle estatal de certos recursos se expressaria na dominação dos espaços de fronteira. Segundo Raffestin (1993, p. 39), o Estado é uma organização da sociedade: “a maior das organizações é o Estado, ele não é a única: as organizações canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais”. Nesse sentido, as organizações:

[...] “canalizam”, quer dizer que obrigam a tomada de linhas de função determinada, quer se trate do espaço concreto, geográfico, quer do espaço abstrato, social; “bloqueiam”, significa que agem sobre as disjunções, para isolar e dominar;

“controlam”, ou seja, têm tudo ou procuram ter tudo sob o olhar, criam um “espaço de visibilidade no qual se pode ver sem ser visto”. [...] Domesticar é, portanto encerrar numa rede, numa malha em que todas as partes estão debaixo do olhar. [...] O Estado só recorta o espaço em malhas mais ou menos cerradas por uma única razão: deve encontrar a “malha” mais adequada para, levando em consideração os seus meios, “ver” o melhor possível. *Só abre certas vias de comunicação e traça certas fronteiras por essa razão* (RAFFESTIN, 1993, 39, [grifo nosso]).

Nesse contexto, podemos entender que o estado, como uma organização da sociedade, utiliza os espaços de fronteira para dominação e apropriação de recursos naturais e humanos que se expressam através do poder². “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. [...] a população, o território e os recursos” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Portanto, as relações de poder do Estado sobre a fronteira denotam interesses pertinentes a superação de barreiras espaciais, e, portanto, superação de barreiras humanas para a reprodução e acumulação do capital.

Com uma perspectiva teórico-metodológica distinta de Raffestin, Diniz (1997) afirma que a expansão das fronteiras agrícolas é um fenômeno que se encontra intrinsecamente associado a políticas de desenvolvimento econômico, pressão populacional, interesses geopolíticos e migrações internas. Nesse sentido, parece pertinente enfatizar a importância das migrações como elemento constituinte da e na fronteira. Portanto:

A migração na fronteira é fruto de uma complexa rede social que transcende o tempo e o espaço. Essas mudanças são fortemente baseadas em canais informais de informação e migrações por “corrente”, que conectam comunidades localizadas a milhares de quilômetros de distância. Neste processo, um determinado colono (inovador) chega à fronteira em busca de terra. Durante toda a sua estadia, este indivíduo mantém contato direto com o local de origem e tão logo obtenha acesso a um pedaço de terra e alguma estabilidade, deflagra-se a segunda onda de migrantes (seguidores), que chegam à fronteira bafejados pelo sucesso e pelo apoio do “inovador”. Esta invasão de áreas de assentamento por indivíduos de mesma origem geográfica se intensifica, uma vez que, tão logo a primeira onda de “seguidores” ganha acesso à terra, sucessivas ondas de “migrantes seguidores”, com algum grau de relação, chegam ao destino (DINIZ, 1997, 52, [tradução nossa]).

A fronteira se mostra como espaço de atração populacional interligado por uma “rede familiar” de migrantes, que, pela proximidade do local de origem, se deslocam em direção para áreas de fronteira, compondo uma rede de pessoas que migram em direção a este novo espaço. O autor chama os primeiros

migrantes de “inovadores”, ou, pode-se dizer, “aventureiros”, e os migrantes que viriam depois seriam os chamados “seguidores”, isto é, aqueles migrantes que seguiriam os migrantes “inovadores” após a sua instalação e/ou conhecimento do espaço de fronteira de destino.

De acordo com Raffestin (1993, p. 78), a escolha pela imigração para áreas de fronteira “indica a vontade de economizar o tempo ou de valorizá-lo, o que significa a mesma coisa. Mas o ganho em tempo se traduz numa modificação qualitativa da população, [...] a imigração é uma solução relativamente rápida [...]”. No entanto, segundo o autor, esta substituição rápida de uma população por outra é fonte de problemas, redundando em um choque de tempos dos diversos indivíduos que compõem a ocupação no novo espaço.

Os sujeitos que já estão ocupando a fronteira, índios, caipiras, caiçaras, caboclos e camponeses têm um tempo histórico diferente daqueles imigrantes que chegam ao lugar. Estes tempos diferentes refletem em um grande choque cultural, político e econômico grande, pois resultam em diferentes visões de mundo e projetos para o futuro. Assim:

Na fronteira, o camponês ainda vive relações econômicas, concepções de mundo e de vida centradas na família e na comunidade rural, que persistem adaptadas e atualizadas desde tempos pré-capitalistas. Ele, que ainda está mergulhado na realidade de relações sociais que sobrevivem do período colonial, se descobre confrontado com formas tecnologicamente avançadas de atividade econômica, do mundo do satélite, do computador, da alta tecnologia. E subjugado por formas de poder e de justiça que se pautam por códigos e interesses completamente distanciados de sua realidade aparentemente simples, que mesclam diabolicamente o poder pessoal do latifundiário e as formas puramente rituais de justiça (MARTINS, 1997, p. 16).

Nesse sentido, podemos perceber a realidade dissonante quando há o choque entre “duas populações distintas”, em seus modos de ser e fazer a vida. As relações entre estes sujeitos que “se encontram” na fronteira são complexas pelas diferenças de tempos e espaços vividos por cada grupo, pela forma que cada sociedade se organiza e busca re-produzir para sobreviver. Assim, segundo Raffestin (1993, p. 79), “o Estado, que visa o povoamento de uma região, de uma zona, talvez escolha a imigração se quiser realizar o seu programa num lapso de tempo dado. Nesse caso a escolha depende do tempo disponível, da dimensão do espaço e dos meios”.³

Entende-se a migração é um fator presente na (trans)formação dos espaços e dos tempos de fronteira. Nesse sentido, enfatiza-se dois aspectos da migração que são entendidos como componentes imprescindíveis para a análise da fronteira: a migração autônoma e a migração forçada. Uma exposição referente à mobilidade autônoma é feita por Raffestin:

Diremos que a mobilidade é autônoma quando resulta de uma escolha deliberada, e heteronômica quando resulta da coerção. Há naturalmente, casos-limite. Trata-se de uma mobilidade autônoma o caso daqueles que têm que escolher entre o deslocamento ou a morte? A alternativa é brutal, mas devemos admitir que ainda há uma escolha, quando resulta de uma decisão própria do migrante. Tomemos, por um lado, o exemplo do nordestino brasileiro que emigra para escapar da fome: ele faz uma escolha “autônoma” [...] Mesmo no caso da mobilidade autônoma, as organizações adotam diversas estratégias para aumentar o movimento ou, ao contrário, para freá-lo. As políticas migratórias são de extrema importância porque controlam e administram os fluxos no espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 88).

A mobilidade “autônoma” é apresentada quando resulta de uma escolha deliberada, ou seja, uma escolha própria de cada indivíduo em frente a um problema. Raffestin (1993) toma o exemplo da escolha entre o deslocamento ou a morte para escapar da fome no nordeste brasileiro. Contudo, a escolha em decidir se deslocar é própria do migrante. Nesse contexto, a decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da “decisão pessoal” e não pressionada ou produzida por forças sócio-econômicas exógenas.

Quanto à “migração forçada”, várias são as matrizes teóricas que se debruçam sobre o fenômeno. Para Gaudemar (1977), a migração está vinculada à mobilidade do trabalho, ou seja, a propriedade que todo homem possui de vender sua força de trabalho e se deslocar de acordo com as regras ditadas pelo capital.

A circulação das forças de trabalho é o momento da submissão do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das crises periódicas, se desloca de uma esfera de atividade para outra; ou por vezes aquele em que sucede o trabalhador ser “sensível” a toda variação da sua força de trabalho e da sua atividade, que lhe deixa antever um melhor salário (GAUDEMAR, 1977, p. 194).

Para Singer (1998), a mobilidade no capitalismo é uma “mobilidade forçada” em decorrência, de um lado, da introdução de relações de produção capitalistas que acarretam a expropriação de camponeses, além da decadência ou atraso tecnológico em determinadas áreas, provocando a carência de trabalho, e, de outro, da necessidade do trabalhador inserir-se em novas frentes. Assim:

As migrações internas não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Os mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimento às cidades e, ao mesmo

tempo, criam os incentivos econômicos às migrações do campo à cidade, não fariam mais que exprimir a racionalidade macroeconômica do progresso técnico que constituiria a essência da industrialização. Tal industrialização, sem que as características institucionais e históricas dela tivessem qualquer papel na determinação daquele processo [...] (SINGER, 1998, p. 31-32).

Portanto, a migração interna é um processo social, determinado historicamente, segundo causas estruturais quase sempre de fundo econômico. “Dadas determinadas circunstâncias, uma classe social é posta em movimento” (SINGER, 1998, p. 152).

Na fronteira entende-se que a migração aparece como elemento para homogeneização do espaço, resultante da busca pelo desequilíbrio espacial para levar a homogeneização das práticas dos indivíduos para a reprodução e acumulação do capital. Busca-se “destruir” certos hábitos e comportamentos de vida por outros modos vinculados a racionalidade econômica. Nesse sentido:

A migração tem como origem, por um lado, a liberdade e o cálculo racional; por outro lado, sua condição é a existência de desequilíbrio espaciais, desequilíbrios que os deslocamentos de homens (e também de capitais) contribuirão para eliminar, isto é, a homogeneização: na verdade, desequilíbrio e homogeneização são a condição geral (VAINER, 2005, p. 261).

A mobilidade para e na fronteira estaria ligada também à manifestação da necessidade do capital em se expandir, reproduzir e acumular, sendo que nesse processo muitas contradições nas relações de poder ocorrem entre os diferentes indivíduos que fazem da fronteira um espaço diferenciado, de contato e alteração.

Frente de Expansão e Frente Pioneira: migração e diversidade espaço-temporal na fronteira

Enxergamos a devastação florestal na Amazônia, mas não enxergamos a devastação humana e, até, institucional, que ocorre nas chamadas áreas pioneiras do país. Mal nos damos conta de que o avanço do capital sobre o sertão e a floresta, há choro e ranger de dentes, há morte e miséria, há violência e injustiça.

(José de Souza Martins, 1982)

Procurar-se-á, nesta secção sistematizar algumas idéias na tentativa de demonstrar o que é frente de expansão e frente pioneira, buscando, a partir daí, fazer uma relação com conceito de migração. Pretendemos analisar o que caracteriza cada uma das frentes, apontando para as singularidades e os choques

de uma fronteira com a outra, tentando desvendar o que ocorreu no processo de migração, contato e alteridade, pois, de acordo com Martins (1997, p. 159), que “a distinção entre frente pioneira e frente de expansão é, na melhor das hipóteses, um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira”.

Segundo este mesmo autor, as concepções de fronteira centradas na figura do pioneiro escondem o lado essencial e trágico desse espaço, em que se expressam conflitos mortais, na genocidade e desencontro de etnias, além, dos radicais conflitos de classes que, contrapostas, se desencontram em interesses econômicos variados, e, sobretudo, pelo abismo histórico que as separa.

Nesse contexto, o deslocamento progressivo das frentes de expansão tem sido, na verdade, um dos modos pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital: o modo da sua expansão territorial. “Um outro momento desse modo de expansão tem sido o que se dá através do deslocamento das chamadas frentes pioneiras. Ambas, na verdade, são faces e momentos distintos da mesma expansão” (MARTINS, 1997, p. 15).

Assim, percebe-se que tanto um movimento quanto o outro reflete a expansão do capital sobre inúmeros territórios brasileiros. No entanto, gostaríamos de refletir sobre as singularidades que compõe cada frente, para caracterizá-las na sua diferencialidade.

De acordo com Martins (1982, 75), “através do deslocamento de posseiros⁴ é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de frente de expansão”. No entanto, Martins (1997) alerta que há controvérsias na definição de frente de expansão:

Para uns, a frente de expansão aparece como sendo expansão da sociedade nacional; para outros, como expansão do capitalismo e, para outros, até, como expansão do modo capitalista de produção. Originalmente, era expansão da fronteira da civilização (MARTINS, 1997, p. 155).

Segundo o autor, a diversidade contraditória de pontos de vista denota a complexidade e as singularidades das frentes de expansão que compuseram o fenômeno historicamente. Nesse sentido, entendemos que a frente de expansão se refere ao espaço e tempo de conflito e alteridade, do conflito dos “civilizados” com os índios, e dos índios com os “civilizados”. No entanto, com esse deslocamento, entendemos que na frente de expansão houve também uma “interação” entre posseiros e índios, resultando em uma miscigenação, que redundou no caiçara, caipira e no caboclo, por exemplo.

Segundo Martins (1986, p. 44), estes antigos camponeses livres, caipiras e caboclos serviram de mão-de-obra para a abertura das fronteiras de expansão e ficaram reservados aos trabalhos de abertura de novas fazendas, na derrubada da

mata e plantio de cafezal, mediante pequeno pagamento em dinheiro e permissão para plantio de alimentos enquanto o café não estivesse formado. Serviram, assim, de “massa de manobra” para a expansão das relações capitalistas, sendo aqueles que trabalharam para os projetos de expansão exploratória dos grandes capitalistas.

Nesse contexto, a figura do posseiro é própria desta frente de expansão. Para Tavares do Santos (1978, p. 150), a “terra nova” na frente de expansão permitia que o camponês se reproduzisse socialmente, seja como posseiro, seja como proprietário, mantendo sempre a força do trabalho familiar e, por conseguinte, o processo de trabalho camponês.

Na frente de expansão as relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção de mercadorias, pois a apropriação das condições de trabalho, ou seja, da terra, não se realiza como empreendimento econômico. No plano jurídico, com a instauração da propriedade privada pela Lei de Terras de 1850, não constitui nem o princípio e nem o fim da instituição do uso privado das terras comuns ou da posse, por ocupação das terras devolutas na frente de expansão. Portanto, o que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem o caráter de mercadoria. Assim, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou do posseiro (MARTINS, 1975, p. 46).

O caráter de produção na frente de expansão é de excedente de produto. Segundo Martins (1975), o excedente é o artigo que adquire valor de troca porque há condições para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho. Por isso, na frente de expansão as condições de vida dos posseiros e/ou ocupantes são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza.

Os empreendimentos capitalistas se situam “fora” dos componentes da estrutura social da frente de expansão e absorvem a renda potencialmente gerada pela terra. Por isso mesmo, as tensões que marcam a frente de expansão são tensões entre a sociedade capitalista, que se faz presente na fronteira econômica, e a sociedade tribal à qual se disputa, mediante empenho dos que estão situados na frente de expansão, a terra necessária à preservação dessa frente (MARTINS, 1975, p. 47).

Portanto, trata-se, na frente de expansão, de uma economia do excedente, cujos sujeitos dedicam-se, principalmente, à produção própria para subsistência e, secundariamente, à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades de consumo.

Quanto à mobilidade na frente de expansão, esta estava ligada fundamentalmente à terra. Tradicionalmente, a migração dos indivíduos se dava em virtude de características próprias da agricultura de roça. O deslocamento era

lento, vinculado a terra, ou seja, realizava-se pela prática da combinação de períodos de cultivo e períodos de pousio da terra e/ou agricultura de coivara. Depois de um certo tempo de cultivo do terreno, os posseiros, agricultores e/ou caboclos se deslocavam para um novo espaço dentro da mata. Vivia-se os chamados tempos dos “clarões” no meio da mata. Desse modo, a fronteira se expandia em direção à mata, incorporando a pequena agricultura familiar. Vivia-se também o tempo das “migrações espontâneas”, decorrentes da saturação da terra (MARTINS, 1997, p. 175-176).

No entanto, com o passar do tempo e com a necessidade de avanço e exploração do capitalismo para novos territórios, tem-se o movimento sobre a frente de expansão, denominado de frente pioneira. Desse modo, à frente de expansão é integrada com a chegada da frente pioneira à formação capitalista. Segundo Becker (1990), é difundido o “mito da sociedade oficial”, isto é, do Estado e suas frações, em que a fronteira era vista como “espaço vazio”, e, portanto, lugar para avanço das relações capitalistas. Para a autora o mito dos ‘espaços vazios’ “serve de válvula de escape a conflitos sociais em áreas densamente povoadas e de campo aberto para investimentos” (p. 10).

Nesse sentido, Harvey (2005, p. 64) afirma que “o capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação geográfica. Para o capitalismo sobreviver deverá existir ou ser criado um espaço novo para a acumulação”. E, a expansão da frente pioneira sobre a frente de expansão se refere à expansão e a sobrevivência do capitalismo. “A sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de acumulação pelos meios mais fáceis. O caminho da acumulação capitalista seguirá por onde a resistência for mais fraca” (HARVEY, 2005, p. 71). Nesse contexto, para Becker (1990) o mito dos “espaços vazios” nega a existência das populações indígenas e caboclas, e das sociedades locais que constituíam a frente de expansão. Assim:

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. *A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social.* Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas (MARTINS, 1997, p. 153, [grifo nosso]).

Portanto, a frente pioneira não é apenas o deslocamento de sujeitos para um espaço novo e “vazio”. Esta é, também, a frente do “pioneiro inovador”, do sujeito capitalista que produz para o mercado, do espaço e do tempo moderno

que induzem a modernização, da instauração de máquinas e de técnicas avançadas⁵. Essa frente pioneira apresenta, com isso, um forte componente ideológico que prega levar a modernização às áreas antigas, atrasadas, “mortas”, para produzir uma nação do “progresso”, das grandes produções agrícolas, da riqueza e do enriquecimento rápido. Essa ideologia desconsiderou as populações que viviam nesses locais.

Nesse processo ocorre aquilo que Harvey (2005) chama de ajuste espacial, em que o espaço, no caso, as fronteiras, são ajustadas para uma maior exploração, onde se deslocam indivíduos com uma nova racionalidade econômica que preza a produção para o mercado, para a acumulação de capitais.

De acordo com Martins (1975), a característica imediata da frente pioneira é que se instaura o empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferrovias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e comércio. Sobre os financiamentos Harvey (2005, p. 51) afirma que “o sistema de crédito possibilita a expansão geográfica do mercado por meio do estabelecimento da continuidade onde antes não existia continuidade alguma”. Nesse sentido, este mesmo autor tomando como referência Marx, faz a seguinte declaração ao se referir a frente pioneira:

Enquanto o capital deve, por um lado, esforçar-se em derrubar todas as barreiras espaciais para realizar o intercâmbio (isto é, a troca) e conquistar todo o mundo como seu mercado, esse capital esforça-se, por outro lado, em anular esse espaço pelo tempo [...] Quanto mais desenvolvido o capital [...] mais esse capital esforça, simultaneamente, em relação a uma ainda maior ampliação do mercado e uma maior anulação do espaço pelo tempo (HARVEY, 2005, p. 51).

Assim, o movimento da frente pioneira reflete a expansão geográfica do capitalismo e a necessidade de anular o espaço pelo tempo, que pode, em parte, ser impulsionada pelo surgimento de um sistema de crédito. Passa-se, portanto, da produção do excedente para a produção de mercadorias. No entanto, o ponto fundamental na frente pioneira é a nova relação que se estabelece com a propriedade privada da terra.

O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza. A alienação do produto do relacionamento faz com que as expectativas reguladoras do

relacionamento sejam construídas de conformidade com as objetivações da sociedade capitalista (MARTINS, 1975, p. 47).

Há, na frente pioneira uma alteração nas relações com a propriedade privada da terra. Se antes na frente de expansão os posseiros, caboclos e/ou ocupantes apenas tinham o direito moral, isto é, tinham o direito da terra por estarem situados “em cima da mesma” trabalhando, na frente pioneira o direito se dá pela compra e pela imposição e regulamentação de documentos para legitimar o direito de posse da propriedade. Nesse sentido, a terra passa de um bem natural que estava à disposição do trabalho do posseiro, como valor de uso, se tornando uma mercadoria vinculada as relações de troca.

Ocorre, no processo de expansão da frente pioneira, uma nova fase de relacionamento com a propriedade privada da terra: transformação da terra em mercadoria. Sobre esse processo, Ianni afirma que:

Em pouco tempo, também a terra passa a ser mercadoria, ganha preço; isto é, apropriada de modo privado e sob nenhuma outra forma. A terra passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca. É inserida nas relações capitalistas de produção como um elemento das condições de produção controladas pela empresa privada. Pouco a pouco, ou de súbito, conforme o caso, a terra deixa de ser apenas, ou principalmente, objeto e meio de produção de valores de uso. O poder estatal aparece, de forma cada vez mais ostensiva e permanentemente, como um poder maior destinado a favorecer e a acelerar o processo de privatização da terra, nos moldes exigidos pela empresa privada de grande porte, segundo a lógica capitalista. Parece ter havido uma súbita metamorfose da terra. A terra, que parecia larga, farta, sem fim, de súbito ganha outra fisionomia social [...] De repente, parece que tudo mudou. Todos mudaram em face a terra. Não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança quer título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade [...] O homem e a terra estranharam-se (IANNI, 1981, p. 154).

Assim, com a frente pioneira, “em poucos anos, o caminhão, o automóvel, o trator, o avião, o helicóptero e o rádio passam a conferir, combinadamente, novo ritmo e andamento às relações sociais no lugar. Dinamizam-se as forças produtivas e as relações de produção” (IANNI, 1981, p. 98). A partir disso, o novo, o moderno são implantados através de símbolos que se expressam através de máquinas e novas formas de organização e de estruturas na frente pioneira.

De acordo com Harvey (2005, p. 148), “toda forma de mobilidade geográfica do capital requer infra-estruturas espaciais fixas e seguras para funcionar efetivamente”. Ocorre, portanto, com a expansão da frente pioneira sobre a frente de expansão, toda uma mobilidade de infra-estruturas para subsidiarem e apoiarem a re-produção do capital e sua circulação. Nesse sentido, para Harvey

(2005), as migrações seriam, do ponto de vista do processo de desenvolvimento capitalista, condições necessárias à circulação inconstante do capital no espaço e sua acumulação.

Por isso, Becker (1990) liga o processo de frente pioneira ao desenvolvimento concomitante da fronteira urbana relacionada à mobilidade do trabalho:

Uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, acompanhando e mesmo se antecipando à expansão de várias frentes. Trata-se de uma feição original da fronteira contemporânea. A urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasce urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que o resto do Brasil. E esta feição está intimamente associada à migração (BECKER, 1990, p. 44).

Portanto, com a frente pioneira desloca-se uma série de infra-estruturas que vão dar corpo à uma fronteira urbana. Esta apoiará, fundamentalmente, a coleta e o escoamento da produção agrícola. A criação de centros urbanos também está ligada a uma série de serviços urbanos básicos que apoiaram os agricultores, além, de posteriormente, constituir-se em fator de atração de migrantes camponeses expropriados. Ainda, segundo Becker:

Os núcleos urbanos são lócus da ação político-ideológica do Estado. São a sede do aparelho de Estado local, da Igreja e dos grupos hegemônicos da fração não-monopolista em formação na nova sociedade local; são também o lugar da “preparação” da população para seu papel na sociedade, onde se incorporam valores dominantes e técnica. Neles se efetua a ressocialização dos migrantes, cooptados principalmente através do comércio que os induz a desejar e a consumir bens, serviços e informações. Sustentam também a imagem ideológica da fronteira como espaço onde se tem acesso à terra, oferecendo possibilidade de apropriação de um lote urbano, e, assim, constituindo verdadeiro regulador das tensões advindas dos movimentos de maior ou menor apropriação da terra pelo grande capital (BECKER, 1990, p. 55, [grifo da autora]).

Estes núcleos urbanos comportam um papel político-ideológico em que Igreja e Estado atuam, principalmente, com um sistema de símbolos para impor suas relações de “ordem” expressas pelo poder. Segundo Bourdieu (1998, p. 8), “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Ainda, segundo o autor:

Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de

construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) (BOURDIEU, 1998, p. 9, [grifo do autor]).

Os sistemas simbólicos assim são criados pela frente pioneira, resultando nas estruturas dos poderes dominantes compostos pela Igreja e o Estado, que constroem uma dada realidade na fronteira para atender um determinado fim: é estabelecido um sentido imediato de mundo para a manutenção de uma ordem para a re-produção ampliada do capital. Nas palavras de Bourdieu (1998, p. 10), “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social [...] eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social”.

Nesse sentido, segundo Bourdieu (1998, p. 11), as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta econômica e simbólica para imporem a definição do mundo social, mas, conforme aos seus interesses. Buscam impor seu campo das tomadas de posições ideológicas⁶ e, portanto, de poder, para reproduzir a sua forma transfigurada de sentido de vida, de sentido de ser e de fazer. De fazer para quê e para quem. Desse modo, sobre o poder simbólico:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos [...] mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 1998, p. 15).

Nesse sentido, na frente pioneira, os elementos de poder simbólico são estabelecidos para legitimar uma ordem dominante produzida por uma classe dominante. A ordem material, isto é, das infra-estruturas fixadas na frente pioneira, é concomitantemente estabelecida por um poder simbólico que ganha e expressa sentido através das ideologias externadas pelos detentores dos meios de produção. Assim:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe

dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes da sua época (MARX E ENGELS, 1987, p. 29).

Assim, se as idéias de uma classe dominante são as idéias de uma época, as idéias que dominam a fronteira são as idéias de uma(s) classe(s) dominante(s) de determinada(s) época(s). Essas idéias vêm do poder político, econômico e dos símbolos, isto é, das estruturas criadas para legitimar e afirmar o poder dessa classe sobre os outros indivíduos.

Portanto, é nesse contexto que são estabelecidas as relações de poder das classes dominantes na frente pioneira. Aliado a isso, para Martins (1982, p. 75), “é nessa frente que surge em nosso país o que se chama hoje, indevidamente, de pioneiro”. Para o autor, estes sujeitos são na verdade os pioneiros das formas sociais e econômicas da exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Assim, essa frente pioneira é essencialmente exploratória, pois está organizada socialmente sobre relações de compra e venda de força de trabalho.

Segundo Martins (1997, p. 181), a partir de 1943, no Brasil, a frente pioneira que em outras regiões, como o caso do Sudeste que em função do café se deslocava impulsionada por interesses imobiliários, na Amazônia passa a depender e se vincular à iniciativa do governo federal. Esta frente tem como características a ocupação de “novas terras”, a partir, sobretudo, da década de 1960, através da política de incentivos fiscais da ditadura. Esta política de incentivos visou subsidiar a formação do capital privado na aquisição de terras para criação de fazendas e na construção de estradas. Essa política constituiu uma forma de aliança entre os grandes proprietários de terra e o grande capital na exploração da Amazônia. Nesse quadro:

[...] o deslocamento da frente pioneira sobre as terras já ocupadas pela frente de expansão foi acelerado e deu à superposição dessas distintas frentes de ocupação territorial

uma violenta dimensão conflitiva. Tornaram-se freqüentes e numerosos os despejos violentos e dramáticos de posseiros das terras que ocupavam (MARTINS, 1997, p. 182).

Portanto, o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão resultou em conflitos envolvendo os indivíduos que compunham ambas as frentes, provenientes das distintas ocupações do território. Ao coexistirem ambas situações de fronteira no mesmo espaço, surgem os conflitos que ali se travam entre grandes proprietários de terra e camponeses, entre “os civilizados” e os índios. Para Martins (1997), em grande parte este confronto resulta, além de interesses distintos, em conflitos também de tempos e espaços vividos por estes indivíduos, que se “desencontram” na fronteira, resultando em situação de extrema tensão. Por isso:

[...] o encontro de relações sociais, mentalidades, orientações historicamente descompassadas, até propriamente no limite da História, introduz a mediação das relações mais desenvolvidas e poderosas na definição do sentido das relações mais “atrasadas” e frágeis, ou melhor, das relações diferentes, com outras datas e outros tempos históricos. A sobreposição da frente pioneira e da frente de expansão produz uma situação de contemporaneidade dessas relações de tempos distintos. E nela a mediação das relações mais desenvolvidas faz com que o *atraso* apareça, na verdade, como *diferença*. As relações mais avançadas, mais caracteristicamente capitalistas, por exemplo, não corroem nem destroem necessariamente as relações que carregam consigo a legitimidade de outras épocas. Portanto, nesses casos, a diferença não tem sentido como passado, mas como contradição e nela como um dos componentes de possível, o possível histórico de uma sociedade diversificada, que ganha sua unidade na coexistência das diferenças sociais e étnicas. Seria muito ingênuo imaginar que elas constituem uma receita de tendências históricas (MARTINS, 1997, p. 183, [grifo do autor]).

Assim, o encontro de índios, caboclos, caiçaras etc., com, principalmente, grandes proprietários de terra e o Estado, resulta numa relação entre diferentes. Diferentes historicidades e visões de mundo se chocam fazendo com que o novo exacerba sobre o velho. As relações de força são desiguais, onde o novo chega com muito mais intensidade sobre as relações antigas reproduzindo-se hegemonicamente com o tempo. Esse choque entre duas concepções de viver e de se fazer enquanto indivíduo e sociedade resultam numa coexistência das diferenças sociais e étnicas.

Para os sujeitos que compõe a frente de expansão, a frente pioneira resulta, também, na perda do acesso a terra para trabalho. As relações com a terra se alteram drasticamente com o aparecimento do dono e do pobre. Este último resultaria da ação do primeiro. O dono que vem com a frente pioneira, transforma

a vida do índio e/ou posseiro que se torna pobre pelo não direito de acesso a terra para trabalhar, isto é, para produzir para viver. Para Martins:

A categoria *pobre* surge sempre que é necessário falar na violência do *dono*. [...] *Dono* é a diferenciação da categoria de *homem*, que degrada e desfigura porque viola o direito do outro trabalhar e viver. O *pobre* surge, pois, dessa degradação dos *homens* pela mediação do *dono*, que desfigura o *homem*. Pobre não é aquele que não é proprietário, mas aquele que não tem direito de trabalhar, isto é, *permissão*. *Dono* tem, portanto, também o antigo sentido do *dom*, de senhor, aquele que *dá*, aquele que *permite*, que *consente*, que tem o senhorio, o *domínio* sobre algo e não o que definimos hoje como propriedade. [...] o *dono* é alguém que *vem do lugar do poder* (MARTINS, 1997, p. 135-136) [grifo do autor].

Assim, a frente pioneira altera a vida dos sujeitos que compõe a fronteira. Para os posseiros, a migração, sobretudo dos fazendeiros da frente pioneira, resulta numa nova situação que é produzida pela violência, pela injustiça, pela exclusão, e que não assegura um novo lugar social para os trabalhadores e seus filhos nas transformações que estão ocorrendo. “Nela, adultos e crianças são apenas vítimas. O sentimento de pobreza é, em parte, produto do desencontro entre o modo de ser, que vem dos velhos tempos de privação. A nova realidade não é saturada de possibilidades. Ao contrário, é saturada de carências” (Martins, 1997, p. 144).

Nesse contexto, a frente pioneira é constituinte de grandes tensões. A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição, e, portanto, (trans)formação. Porém, essa é também uma história da resistência, da revolta, dos conflitos, das possibilidades e das impossibilidades. Dos sonhos e da esperança. Do rústico e do moderno, do velho e do novo.

Considerações Finais

O homem é homem e o mundo é histórico-cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, na qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação.

(Paulo Freire, 1983)

Buscou-se no decorrer deste texto apresentar uma reflexão sobre fronteira e, de modo especial, aprofundar questões referentes à frente de expansão, frente pioneira e as migrações, no contexto do desenvolvimento das relações capitalistas. Desse modo, compartilha-se da visão de Martins (1997, p. 188), de que a teoria da fronteira está vinculada com a expansão territorial do capital. A fronteira é, na verdade, a composição de novos terrenos que passam a ser ocupados pelo modo capitalista para a exploração da renda da terra.

Quanto à frente de expansão e frente pioneira, entende-se que estas fazem parte de um mesmo movimento de expansão do capital, porém, com estágios diferenciados de desenvolvimento pelas sociedades que as compuseram.

Busca-se, assim, em Marx e Engels (1987, p. 33), elementos para sistematizar alguns componentes para caracterizar os estágios de desenvolvimento das distintas sociedades de cada frente. Compreende-se que na frente de expansão os instrumentos de trabalho estão subordinados a produção natural, isto é, a natureza da terra, da mata, dos animais. Os indivíduos aparecem subordinados a natureza, ao meio natural. Quanto à propriedade da terra, está vinculada ao domínio imediato e natural, ou seja, a terra é para trabalho e não para troca e renda. Os indivíduos que compõem esta frente estão unidos por algo, quer seja a família, a tribo, a terra, o lugar etc. A troca é essencialmente uma troca entre os homens e a natureza uma troca em que o produto do trabalho de um é trocado pelo produto do trabalho do outro. Ao homem basta nesse momento uma inteligência média e a atividade corporal e intelectual não estão ainda separadas. Também, o domínio do “proprietário” sobre os não possuidores resulta em relações pessoais formadoras de uma espécie de comunidade.

Por outro lado, na frente pioneira, os indivíduos se encontram ao mesmo nível de qualquer instrumento de produção, eles mesmos são os instrumentos de produção. Essa produção está subordinada a um produto do trabalho. Nessa frente a propriedade surge como domínio do trabalho, mas do trabalho acumulado, isto é, do capital. Os indivíduos são independentes uns dos outros e só se mantêm unidos devidos às trocas. Essas trocas se dão predominantemente entre os próprios homens. Na frente pioneira, a divisão entre trabalho corporal e o trabalho intelectual já está praticamente efetuada. Quanto ao domínio da propriedade privada esta se dá por uma forma material de relação, ou seja, pelo dinheiro.

Quanto à migração na fronteira, compreende-se que esta ocorre de maneira “espontânea” na frente de expansão, embora, nunca é demais dizer, que para muitos pesquisadores não exista “migração espontânea” no modo de produção capitalista. Contudo, entende-se aqui que as relações capitalistas não estavam em estágio de desenvolvimento avançado nessa frente, como demonstrado em explicação anterior. Desse modo, insiste-se que na frente de expansão a mobilidade dos indivíduos se dava de forma mais aleatória, e, por esse motivo, não era condicionada, fundamentalmente, só pelo Estado e pelas empresas privadas. Esta resultava de conflitos regionais, onde as relações capitalistas estavam se mostrando e se fazendo, porém, não com tanta intensidade como na frente pioneira.

Embora com perspectiva teórico-metodológica distinta de José de Souza Martins, Graziano da Silva auxilia na compreensão dos elementos vinculados a fronteira, sobretudo, aqueles ligados a expansão e reprodução do capital. Segundo Graziano da Silva (1983, p. 27), “para o homem do campo, fronteira é o lugar para onde ele

se dirige e sabe que lá vai encontrar terra. A busca de terra delimita para ele um lugar que é uma fronteira. Poderíamos chamar isso de terras livres⁷. Por esse motivo, o autor complementa que “essa é a noção de fronteira do ponto de vista do trabalhador, do migrante que busca um local de trabalho: um local de moradia, um local para produzir, um local para reproduzir-se” (p. 28). Portanto, a mobilidade do indivíduo se vincula, sobretudo (embora não completamente), para sua sobrevivência e reprodução e não ao acúmulo de capital.

Já na frente pioneira, entende-se que a migração ocorre de forma “forçada”, vinculada, hegemonicamente (embora não totalmente), sobre a tutela da reprodução ampliada do capital. Por isso, ocorre nessa frente uma mobilidade do trabalhador despossuído dos meios de produção. Esse trabalhador constitui, agora, uma força de trabalho para a reprodução ampliada do capital, e já não é mais, portanto, um “trabalhador autônomo”. Assim, a fronteira que atrai a posseiros e/ou ocupantes para trabalhar, fundamentalmente, para sua sobrevivência, agora passa a atrair sujeitos para trabalhar para o capital, isto é, para gerar lucro para o capitalista detentor dos meios de produção, principalmente da terra. Assim:

Para o capital, fronteira também é um lugar onde ele pode se reproduzir. Para o capitalista, reproduzir-se é reverter o seu dinheiro em capital, gerar mais lucro. E aqui reside grande diferença: na medida em que a fronteira se abre para o capital, ela se fecha para o posseiro, para o trabalhador, para o pequeno produtor. Por quê? Porque são duas coisas incompatíveis. O capital não necessita do trabalhador autônomo, do pequeno proprietário. Ele necessita de força de trabalho, do trabalhador despossuído, do homem sem terra ao qual não resta outra opção senão trabalhar para o latifundiário dono da terra (GRAZIANO DA SILVA, 1983, p. 28).

Assim, a mobilidade se liga à reprodução ampliada do capital como atração de força de trabalho. Nesse sentido, conforme Martins (1997, p. 194), se na frente pioneira a racionalidade econômica e a constituição formal e institucional das mediações políticas estão visivelmente presentes em todos os lugares e momentos da organização social, já na frente de expansão é nítido o predomínio dos valores sociais, das crenças, do imaginário na formação dos indivíduos, que definem e sustentam os vínculos sociais de organização. Na frente de expansão os instrumentos da economia mercantil, especialmente o dinheiro, chegam como expressão do mal e do diabólico, pois, o dinheiro e a mercadoria, nesse momento, não são direta e predominantemente responsáveis pela reprodução social dos ocupantes.

Compreende-se, então, que a fronteira é o lugar do conflito e da alteridade, e é isso que faz dela um espaço e tempo singular. É o lugar do encontro de diferentes, que são diferentes entre si, como, por exemplo, os índios de um lado e os “civilizados” do outro; dos grandes proprietários de um lado e dos camponeses

pobres de outro. Nesse sentido, segundo Martins (1997, p. 151), “o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro”. E não só desencontro de temporalidades históricas diferentes, mas, o desencontro, também, de “espacialidades” diferenciadas, que redundam em diferentes concepções e visões de mundo em cada grupo de indivíduos. “[...] A grande transfiguração produzida pela fronteira, de certo modo definidora da sua singularidade temporária e histórica: tempo e espaço se fundem nos espaços limites concebidos ao mesmo tempo como tempo limite. É no fim que está propriamente o começo” (MARTINS, 1997, p. 203).

Assim, tanto na frente de expansão quanto na frente pioneira temos a migração de sujeitos que se encontram e se desencontram construindo e reconstruindo relações políticas, econômicas e culturais que desencadeiam processos com tensões a partir das sobreposições e/ou imposições de modo de ver e fazer a vida.

Notas

¹ O caboclo, caipira, caiçara, apesar de representarem indivíduos que viviam ou vivem em locais distintos, sempre são caracterizados de maneira *pejorativa*. Para Lambert (1953, p. 86) “[...] o termo caboclo, sobretudo, que tecnicamente designa a mais antiga das mestiçagens (índio e europeu), acabou sendo usado para designar o homem do campo, seja qual for a sua raça ou cor; o caboclo é o camponês brasileiro, branco, pardo, negro ou amarelo”. Segundo Monbeig (1975, p. 45) “o mestiçamento entre portugueses e índios deu em resultado um tipo de homem original: o mameluco, ou caboclo”. Para Maestri (2005, p. 231) “o nativo semi-aculturado foi denominado de caboclo, termo derivado do vocabulário tupi-guarani *kanri` uoka*. Com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência”. A literatura referente a estes importantes sujeitos que fizeram e fazem parte da sociedade brasileira é vasta, além dos que citamos, podemos apontar para as obras importantes de Martins (1986), Martins (1975), Bastide (1976), Brandão (1986), Brandão (1981), Cândido (1977), Marques (2004), Woortmann (2004), Boneti (1998), Abramovay (1981), Martins (2001) e, Lobato (1943).

² Entende-se aqui, com base em Foucault (1985, p. 14), que o poder é uma relação, “[...] o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação”.

³ Raffestin (1993, p. 92) faz a ressalva que “as políticas imigratórias não são atributo único do Estado, mas de múltiplos grupos no seu interior. As estratégias ressaltam as complexas relações entre o Estado e os diversos grupos secundários, visto que esses últimos podem ter – e com frequência têm – interesses contraditórios. [...]”.

⁴ “O posseiro é lavrador pobre que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte da sua produção para sustento da sua família. [...] A rigor, o posseiro não é um invasor da propriedade de outrem. Invasores são os grileiros, fazendeiros e empresários que o expulsam da sua posse” (MARTINS, 1986, p. 104).

⁵ Hissa (2002, p. 204) afirma que, no mundo moderno, a técnica é um elemento fundamental de constituição e legitimação da sociedade. As técnicas ressaltam a *praticidade* e a *utilidade* de certas práticas de produção e organização no mundo moderno. As técnicas representam assim, a expressão do *novo* no espaço, do moderno, da racionalidade econômica do mundo moderno.

⁶ Assume-se aqui o ponto de vista de Chauí (2001, p. 13), que “a ideologia [...] é um ‘fato’ social justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar”.

⁷ Segundo Graziano da Silva (1983, p. 27) estas “terras livres” que não tinham dono ainda eram pertencentes à sociedade, ao Estado. Seriam então, “terras onde alguém pode chegar, se instalar e se beneficiar dos seus frutos”, no caso da frente de expansão, se instalavam os chamados posseiros e/ou ocupantes.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste do Paraná**. São Paulo, 1981. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH/USP.

BASTIDE, Roger. **Brasil, terra de contrastes**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1976.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BONETI, Lindomar Wessler. **A Exclusão Social dos Caboclos do Sudoeste do Paraná**. In: **Os caminhos da Exclusão Social**. ZARTH, Paulo (Org.). Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1981. (Biblioteca de Ciências Sociais: Série Antropologia; v. n. 20).

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DINIZ, Alexandre. **Occupation and urbanization of Roraima State, Brazil**. Yearbook, Conference of Latin Americanist Geographers, V. 23, pp. 51-62, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAUDEMAR, Jean P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A fronteira agrícola e as migrações**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

HARVEY, David. **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

LAMBERT, Jacques. **Os dois brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Revista do Brasil, 1918.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, fronteiras, redes**. In: T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (Org.). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre; Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MAESTRI, Mário. **A aldeia ausente: índios, caboclos, nativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira**. In: STEDILE, J. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 231 - 232.

MARQUES, Marta Inez M. **Lugar do modo de vida tradicional na modernidade**. In: OLIVEIRA, Arioaldo U. de; MARQUES, Marta Inez M. (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Expropriação e violência - A questão política no campo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Os camponeses e a Política no Brasil**. 3. ed. Vozes: Petrópolis, 1986.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Paulo Sodero. **Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos**. In: Vieira, Célia Guimarães et al. (orgs.). *Diversidade biológica da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, pp. 369-384.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I-Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MONBEIG, Pierre. **O Brasil**. 5. ed. Tradução de Hélio de Souza e Gisela Stock de Souza. São Paulo: Difel, 1975.

NIETZSCHE, Frederico. **Assim falava Zaratustra**. V. 4. São Paulo: Formar, 1980. (Col. Grandes Mestres do Pensamento).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira**. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (Org). Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

TAVARES DO SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

VAINER, Carlos V. **Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade**. In: NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WOORTMANN, Elle F. **O saber tradicional camponês e inovações**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inez M. (orgs.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

Contato com os autores: marcosmondardo@yahoo.com.br, jonesdari@hotmail.com

Recebido em: 12/10/2007

Aprovado em: 03/03/2008